

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO Nº 01_FPEF_CVE088_2026

**Aquisição de Equipamentos Informáticos para entidades públicas de
Formação Profissional**

Cidade da Praia, março 2026

Índice

CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
Cláusula 1. ^a - Objeto.....	4
Cláusula 2. ^a - Contrato	4
Cláusula 3. ^a – Prazo de Entrega dos Bens	4
Cláusula 4. ^a – Local de Entrega dos Bens.....	5
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	7
Cláusula 5. ^a - Obrigações principais do Adjudicatário.....	7
Cláusula 6. ^a - Dever de Boa Execução	7
Cláusula 7. ^a - Responsabilidade.....	7
Cláusula 8. ^a - Entrega dos Bens Objeto do Contrato	8
Cláusula 9. ^a - Conformidade, Operacionalidade e Testes de Conformidade	8
Cláusula 10. ^a - Patentes, Licenças e Marcas Registadas	9
Cláusula 11. ^a - Garantia.....	9
Cláusula 12. ^a - Preço Contratual.....	10
Cláusula 13. ^a - Faturação e Condições de Pagamento	10
Cláusula 14. ^a – Pagamento de Emolumentos à ARAP	11
CAPÍTULO III - PENALIDADES E RESOLUÇÃO.....	11
Cláusula 15. ^a - Penalidades	11
Cláusula 16. ^a - Força Maior.....	12
Cláusula 17. ^a - Resolução por parte da Entidade Adjudicante	12
Cláusula 18. ^a - Efeitos da Resolução	13
Cláusula 19. ^a - Resolução pelo Adjudicatário.....	13
Cláusula 20. ^a - Caução de Boa Execução do Contrato	14
Cláusula 21. ^a -Caução para garantia de adiantamento	14
Cláusula 22. ^a -Execução da Caução.....	15
CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS	15
Cláusula 23. ^a - Objeto do Dever de Sigilo	15
Cláusula 24. ^a - Cessão da Posição Contratual pelo Adjudicatário	15
Cláusula 25. ^a - Dever de Informação	15
Cláusula 26. ^a - Comunicações.....	16
Cláusula 27. ^a Resolução de Litígios	16
Cláusula 28. ^a - Rescisão do Contrato	16
Cláusula 29. ^a - Contagem dos Prazos	16
Cláusula 30. ^a - Lei Aplicável.....	16
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS	17
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	17

Cláusula 31. ^a - Bens a Adquirir	17
Cláusula 32. ^a – Requisitos do Fornecimento	18
Cláusula 33. ^a – Prazo de Entrega dos Bens	19
Cláusula 34. ^a - Verificação e Aceitação dos Bens	19



CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a - Objeto

O presente Procedimento tem por objeto a aquisição de equipamentos informáticos para as entidades públicas de Formação Profissional de acordo com as Cláusulas Técnicas descritas na **Parte II** do Caderno de Encargos, sendo adotado o procedimento de Concurso Público Internacional, ao abrigo **Decreto-Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de abril de 2015**, distribuídos num único lote.

Lote	Descrição dos Itens	Quantidade
Lote 1	Computador Mesa Completo	416 unidades
	Smart TV	18 unidades

Cláusula 2.^a - Contrato

1. O contrato subjacente ao presente Procedimento é celebrado por escrito.
2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
3. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os esclarecimentos e as retificações aos documentos do procedimento;
 - b) O Caderno de Encargos;
 - c) O Programa do Concurso;
 - d) A proposta adjudicada, e
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 3 e a cláusula do contrato a celebrar, prevalecem os primeiros.

Cláusula 3.^a – Prazo de Entrega dos Bens

1. O Contrato subjacente ao presente procedimento vigorará pelo prazo proposto pelo Adjudicatário e adjudicada pela Entidade Adjudicante, **não podendo ser superior a 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura e homologação do contrato.

2. Prazo previsto na presente cláusula não é aplicável às obrigações acessórias previstas no Caderno de Encargos a favor da Entidade Adjudicante, as quais perdurarão para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.^a – Local de Entrega dos Bens

Os bens objeto do contrato deverão ser entregues diretamente nos locais a seguir indicados:

1. Computadores Mesa Completo

Lote	Local de Entrega	Ponto Focal	Contato	Qtd. (unidade)	
	EHTCV	kátia Teixeira	Tel: +238 987 81 10 Email: katia.ehtcv@gmail.com	46	
	CERMI	Gilson Correia	Tel: +238 983 53 38 Email: gilsoncorreia@cermi.gov.cv	46	
	CEFP Praia	Raquel Santos	Tel: +238 975 59 Email: raquel.a.Santos@iefp.gov.cv	25	
	CEFP Fogo	Carlos Lopes	Tel: +238 955 99 46 Email: Carlos.G.Lopes@iefp.gov.cv	46	
	CEFP Ribeira Grande Santiago	Elisangela Pina	Tel: +238 957 98 40 Email: Elisangela.s.pina@iefp.gov.cv	2	
	CEFP Assomada	Arlindo Pereira	Tel: +238 989 58 83 Email: arlindo.pereira@iefp.gov.cv	23	
	Lote 1	CEFP Tarrafal	João P. Varela	Tel: +238 936 30 43 Email: joao.p.varela@iefp.gov.cv	23
	CEFP Santa Cruz	Liver Gomes	Tel: +238 598 09 46 Email: liver.gomes@iefp.gov.cv	23	
	CEFP Variante	Emanuel Andrade	Tel: +238 996 62 04 Email: emmanuel.j.andrade@iefp.gov.cv	44	
	CEFP Boavista	Helder Mendes	Tel: +238 954 58 94 Email: helder.mendes@iefp.gov.cv	23	
CEFP Sal	Graciano Rosário	Tel: +238 +238 241 32 32 Email: graciano.rosario@iefp.gov.cv	23		
CEFP São Vicente	César Fortes	Tel: +238 996 61 49 Email: cesar.a.fortes@iefp.gov.cv	44		
CEFP Santo Antão	Dirseu Rocha	Tel: +238 982 03 79 Email: dirseu.rocha@iefp.gov.cv	23		

	CEFP São Nicolau	Ludmila Ramos	Tel: +238 973 88 31 Email: ludmila.i.ramos@iefp.gov.cv	2
	EMAR	Liliane Pimenta	Tel: +238 996 51 17 Email: liliane.aguiar@emar.cv	23

2. Smart TV

Lote	Local de Entrega	Ponto Focal	Contacto	Qtd. (unidade)
Lote 1	EHTCV	Kátia Teixeira	Tel: +238 987 81 10 Email: katia.ehtcv@gmail.com	2
	CERMI	Gilson Correia	Tel: +238 983 53 38 Email: GilsonCorreia@cermi.gov.cv	2
	CEFP Praia	Raquel Santos	Tel: +238 975 59 00 Email: raquel.a.Santos@iefp.gov.cv	1
	CEFP Fogo	Carlos Lopes	Tel: +238 955 99 46 Email: Carlos.G.Lopes@iefp.gov.cv	2
	CEFP Assomada	Arlindo Pereira	Tel: +238 989 58 83 Email: arlindo.pereira@iefp.gov.cv	1
	CEFP Tarrafal	João Paulo Varela	Tel: +238 936 30 43 Email: joao.p.varela@iefp.gov.cv	1
	CEFP Santa Cruz	Liver Gomes	Tel: +238 598 09 46 Email: liver.gomes@iefp.gov.cv	1
	CEFP Variante	Emanuel Andrade	Tel: +238 996 62 04 Email: emanuel.j.andrade@iefp.gov.cv	2
	CEFP Boavista	Helder Mendes	Tel: +238 954 58 94 Email: Helder.Mendes@iefp.gov.cv	1
	CEFP Sal	Graciano Rosário	Tel: +238 +238 241 32 32 Email: graciano.rosario@iefp.gov.cv	1
	CEFP Santo Antão	Dirseu Rocha	Tel: +238 982 03 79 Email: Dirseu.Rocha@iefp.gov.cv	1
	CEFP de São Vicente	César Fortes	Tel: +238 9966149 Email: Cesar.A.Fortes@iefp.gov.cv	2
	EMAR	Liliane Pimenta	Tel: +238 996 51 17 Email: liliane.aguiar@emar.cv	1

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 5.ª - Obrigações principais do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações:

- a) Fornecer os bens referidos conforme as especificações técnicas descritos na **Parte II do presente Caderno de Encargos**;
- b) Proceder a sua entrega na entidade contratante, nos termos das disposições do presente Caderno de Encargos e de acordo com a respetiva proposta;
- c) Comunicar de imediato à Entidade Adjudicante quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;
- d) Informar de imediato a Entidade Adjudicante de quaisquer factos de que tenham conhecimento e que possam ser considerados objetivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
- e) Responder a qualquer incidente ou reclamação, suscitados pela Entidade Adjudicante, relativamente ao fornecimento dos bens no prazo de **5 (cinco) dias úteis**;
- f) Realizar todas as diligências necessárias ou convenientes à obtenção de quaisquer licenças de exportação e de importação exigidas pelos países em causa;
- g) Adjudicatário obriga-se a fornecer os bens referidos conforme as especificações técnicas.

Cláusula 6.ª - Dever de Boa Execução

1. O Adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Entidade Adjudicante em execução do contrato, às exigências legais e normativos do sector aplicáveis às matérias objeto do contrato subjacente ao presente procedimento.

2. O Adjudicatário desde já declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicável à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação que lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

3. O Adjudicatário garante que os bens por si prestados no âmbito do contrato cumprirão os requisitos exigidos e serão adequados aos objetivos e finalidades definidos pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 7.ª - Responsabilidade

1. O Adjudicatário garante que os bens serão fornecidos nos termos da Proposta adjudicada e em conformidade com o disposto no Caderno de Encargos.
2. Em caso de incumprimento da prestação de serviços objeto do presente procedimento o Adjudicatário, sem prejuízo do disposto na cláusula 15.^a do Caderno de Encargos, responderá perante a Entidade Adjudicante nos termos gerais de direito.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário é responsável perante a Entidade Adjudicante por qualquer indemnização que esta tenha de pagar a terceiros e por quaisquer pedidos, processos, danos, custos, perdas e despesas em que a Entidade Adjudicante incorra na medida em que resultem de factos imputáveis ao Adjudicatário.
4. O não cumprimento do disposto no ponto anterior, reserva à Entidade Adjudicante o direito de mandar reparar os danos causados, debitando os seus custos, podendo para o efeito, efetuar a dedução na caução ou nos pagamentos ao Adjudicatário.

Cláusula 8.^a - Entrega dos Bens Objeto do Contrato

1. Os bens objeto do contrato deverão ser entregues na sede da no local indicado na Cláusula 4.^a.
2. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento.
3. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorrerá a transferência da posse e da propriedade daqueles para entidade adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
4. Serão da responsabilidade do fornecedor todas as despesas e custos com o transporte.

Cláusula 9.^a - Conformidade, Operacionalidade e Testes de Conformidade

1. O fornecedor obrigará-se a entregar os bens objeto do contrato, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante;
2. Os bens objeto do contrato deverão ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento;
3. O fornecedor será responsável perante Entidade Adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues;

4. A adequação final dos bens e serviços prestados face aos requisitos estabelecidos no Caderno de Encargos será aferida mediante uma inspeção realizada pela entidade adjudicante.
5. A inspeção referida no número anterior será efetuada no prazo de **10 (dez) dias** a contar da conclusão do fornecimento e prestação dos serviços de instalação compreendidos no presente procedimento;
6. Se da inspeção resultar uma insuficiência ou inadequação dos serviços prestados, por razões imputáveis ao Adjudicatário, este deverá proceder à regularização dos serviços num prazo de **5 (cinco) dias**;
7. Finda a regularização pelo Adjudicatário referida no número anterior, haverá lugar a uma nova inspeção, no prazo de **5 (cinco) dias** a contar da conclusão da regularização dos serviços pelo Adjudicatário;
8. Caso resulte novamente da inspeção referida no número anterior uma insuficiência ou irregularidade dos serviços, a Entidade Adjudicante poderá resolver o contrato, sem prejuízo do direito de indemnização a que tiver direito nos termos gerais.

Cláusula 10^a. - Patentes, Licenças e Marcas Registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do presente.
2. O fornecimento dos bens compreendidos no presente procedimento não implicará a violação de quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros.
3. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos referidos no número anterior, o adjudicatário indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, tenha de suportar e de todas e quaisquer quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. O Adjudicatário cumprirá todas as obrigações e deveres legais que resultem da utilização direta ou indireta de direitos de propriedade industrial da Entidade Adjudicante ou de terceiros, designadamente desenhos registados.

Cláusula 11.^a - Garantia

1. O adjudicatário garantirá, sem qualquer prejuízo para a entidade adjudicante, os bens fornecidos, pelo Prazo indicado na proposta, sendo certo que não pode ser inferior a **1 (um) ano**.
2. O prazo de garantia referido no número anterior conta-se a partir da data da aceitação definitiva do dos bens.

3. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultem de negligência da entidade adjudicante, bem com todos os defeitos resultantes de fraude, ação de terceiros, de caso fortuito ou de força maior.

4. Em caso de anomalia detetada no objeto do fornecimento, o adjudicatário compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento dos honorários devidos se a anomalia resultar de facto não imputável ao adjudicatário.

Cláusula 12.ª - Preço Contratual

1. Pelo fornecimento dos bens e pela prestação dos serviços objeto do contrato, a Entidade Adjudicante obriga-se a pagar ao Adjudicatário o montante que resultar da proposta adjudicada, acrescido de imposto devido.

2. O preço contratual será isento das taxas alfandegarias e do IVA. A Entidade Adjudicante fornecerá uma declaração de isenção.

2. O preço contratual incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante (incluindo as despesas de deslocação, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e alfândega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Cláusula 13.ª - Faturação e Condições de Pagamento

1. Os pagamentos serão efetuados do seguinte modo:

a) **30% com assinatura do contrato**, mediante pagamento de caução, correspondente ao valor do adiantamento e;

b) **70% com a entrega e aceitação de todos os bens** pela entidade adjudicante.

2. O Adjudicatário emitirá as faturas em nome do “Programa CVE088 - Emprego e Empregabilidade”, de acordo com a proposta referentes ao Lote adjudicado.

3. O pagamento dos serviços será efetuado pela entidade adjudicante no prazo **de 30 (trinta) dias** contados da receção da competente fatura.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, as faturas serão pagas através de transferência bancária.

5. Em caso de discordância quando aos valores indicados nas faturas, a Entidade Adjudicante deverá comunicar este facto ao Adjudicatário por escrito e no prazo de **3 (três) dias** após receção da respetiva fatura, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6. O não pagamento dos valores contestados não vence juros de mora nem justifica a suspensão da prestação dos Serviços por parte do Adjudicatário, devendo, no entanto, a Entidade Adjudicante proceder ao pagamento da importância não contestada.

Cláusula 14.^a – Pagamento de Emolumentos à ARAP

1. O adjudicatário terá que fazer o pagamento de emolumento de **0.5%** à ARAP sobre o **valor do contrato** cujo montante **superior a 2.000.000\$00 (dois milhões de escudos)**, conforme previsto na alínea b) do nº 1 do artigo 43º do Decreto-Lei nº 55/2015, de 9 de outubro.
2. Para efeito de liquidação dos emolumentos acima referido, a Entidade Adjudicante deve dar conhecimento a ARAP da minuta do contrato aprovado.
3. Providenciada a minuta de contrato aprovado, segue a liquidação administrativa efetuada pelo serviço da ARAP.
4. Não havendo lugar a isenção, os serviços da ARAP emitem o Documento Único de Cobrança (DUC) ao Adjudicatário.
5. O Adjudicatário deve proceder ao pagamento do emolumento referido no ponto 1 antes da assinatura do contrato, de acordo com o prazo constante no DUC ou, se o DUC for omissivo a esse respeito, no prazo máximo de **5 (cinco) dias** úteis, após a emissão de Guia ou notificação de liquidação pela ARAP.
6. A entidade adjudicante deve certificar-se que o referido emolumento devido à ARAP foi integralmente pago pelo adjudicatário antes da assinatura do contrato e como condição do respetivo registo.
7. O pagamento de emolumento deve ser efetuado mediante moeda corrente, cheque, débito em conta, transferência bancária, e outros meios de pagamento do tipo e com as características dos utilizados pelas instituições financeiras.
8. Após o pagamento o adjudicatário deve remeter o respetivo comprovativo.

CAPÍTULO III - PENALIDADES E RESOLUÇÃO

Cláusula 15.^a - Penalidades

1. Em caso de incumprimento imputável ao Adjudicatário, ou a terceiros por si contratados para a prestação de serviços objeto do presente Procedimento, haverá lugar à aplicação de penalidades nas seguintes situações:

$$P = V \times A / 180$$

Em que:

P - Corresponde ao valor da penalidade;

V - O valor do contrato;

A - O número de dias em atraso.

2. Caso seja aplicada uma penalidade nos termos do disposto no número anterior, o respetivo valor será apurado e descontado na faturação da segunda tranche que será após a entrega total dos bens.

3. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de **15%** do **preço contratual**.

4. Caso seja excedido o montante referido no número anterior e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, pelo facto de tal resolução implicar um grave dano para o interesse público, o limite máximo referido no número anterior será elevado para **30%**.

Cláusula 16.ª - Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que de natureza extraordinária ou imprevisível exterior à vontade da parte afetada e que por esta não possa ser controlada.

2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas Partes.

3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser comunicada à parte contrária no prazo máximo de **5 (cinco) dias** a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo.

4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Adjudicatário deverá comunicar à Entidade Adjudicante quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontre impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos, no prazo de **2 (dois) dias** a contar do conhecimento da ocorrência da circunstância de força maior.

Cláusula 17.ª - Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. A Entidade Adjudicante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais do Adjudicatário e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:

a) Razões de interesse público, mediante resolução fundamentada;

- b) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 22.º do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (RJCA);
- c) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao Adjudicatário;
- d) Incumprimento, por parte do Adjudicatário, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- e) Oposição reiterada do Adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da Entidade Adjudicante;
- f) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo Adjudicatário da manutenção das obrigações assumidas pela Entidade Adjudicante contrarie o princípio da boa-fé;
- g) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 35.º do RJCA;
- h) Incumprimento pelo Adjudicatário de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- i) Não renovação do valor da caução pelo Adjudicatário;
- j) O Adjudicatário se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.

Cláusula 18.ª - Efeitos da Resolução

1. Em caso de resolução do contrato subjacente ao presente procedimento pela Entidade Adjudicante por facto imputável ao Adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pelo Adjudicatário no prazo de 30 dias após a notificação para esse efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 19.ª - Resolução pelo Adjudicatário

1. O Adjudicatário pode resolver o contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais pelo contraente público e ainda nas seguintes situações:
 - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Entidade Adjudicante;
 - c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda **25 % do preço contratual**, excluindo juros;
 - d) Exercício ilícito dos poderes da Entidade Adjudicante de conformação da relação contratual, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;

- e) Incumprimento de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato pela Entidade Adjudicante.
2. No caso previsto na alínea (a) do número 1, apenas há direito de resolução quando:
- a) A resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou,
- b) Caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do Adjudicatário ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
3. O direito de resolução previsto no presente artigo é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
4. Nos casos previstos na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Entidade Adjudicante, produzindo efeitos **30 (trinta) dias** após a receção dessa declaração, salvo se a Entidade Adjudicante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 20.^a- Caução de Boa Execução do Contrato

1. A Entidade Adjudicante promoverá a liberação da caução de boa execução do contrato:
- a) Após o cumprimento pelo Adjudicatário de todas as obrigações contratuais que sobre si impendam;
- b) Se o contrato não for celebrado no prazo fixado, por facto imputável à Entidade Adjudicante.
2. A liberação da caução depende da inexistência de defeitos da prestação do Adjudicatário ou da correção daqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, salvo se a Entidade Adjudicante entender que os defeitos identificados e não corrigidos são de pequena importância e não justificam a não liberação.

Cláusula 21.^a-Caução para garantia de adiantamento

1. Para garantir o pagamento de adiantamentos, o Adjudicatário deverá prestar uma caução de valor igual ao dos adiantamentos prestados pela Entidade Adjudicante.
2. A caução referida no número anterior deverá ser prestada por um dos meios previstos no artigo [107.º] do Código da Contratação Pública.
3. O Adjudicatário deverá comprovar à Entidade Adjudicante a prestação da caução à Entidade Adjudicante previamente à prestação dos adiantamentos.

4. A caução será progressivamente liberada com a realização das prestações contratuais correspondentes ao pagamento adiantado efetuado pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 22.^a-Execução da Caução

1. A Entidade Adjudicante pode executar as cauções prestadas pelo Adjudicatário, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo das obrigações contratuais ou legais pelo Adjudicatário, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. O Adjudicatário está obrigado a renovar o valor decorrente da execução parcial ou total da caução prestada, no prazo de 15 dias após a notificação da Entidade Adjudicante para o efeito, sob pena de incumprimento contratual, podendo a Entidade Adjudicante invocar a exceção de não cumprimento quanto ao pagamento de faturas ou proceder à retenção do valor em falta para a reposição do valor inicial da caução, nos pagamentos a efetuar ao Adjudicatário.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 23.^a - Objeto do Dever de Sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, de segurança, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O dever de sigilo mantém-se em vigor para além do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato e sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 24.^a - Cessão da Posição Contratual pelo Adjudicatário

A cessão da posição contratual pelo Adjudicatário é proibida nos termos do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 25.^a - Dever de Informação

O Adjudicatário obriga-se a prestar a informação e esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Entidade Adjudicante, num prazo de máximo de **3 (três) dias**, quanto à execução dos serviços e ao cumprimento das obrigações que para aquele emergirem do contrato.

Cláusula 26.ª - Comunicações

Salvo quando forma especial for exigida no Caderno de Encargos, todas as comunicações entre as Partes relativamente a este Contrato devem ser efetuadas por escrito, mediante carta e dirigida para os seguintes endereços e postos de receção das Partes.

Cláusula 27.ª Resolução de Litígios

1. Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente os relativos à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução, é competente o Tribunal de Comarca da Praia.
2. As partes no contrato podem derogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

Cláusula 28.ª - Rescisão do Contrato

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, a outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação dos serviços por período superior a **10 (dez) dias** úteis.

Cláusula 29.ª - Contagem dos Prazos

Salvo quando o contrário resulte do Caderno de Encargos, os prazos aqui previstos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 30.ª - Lei Aplicável

O contrato subjacente ao presente Procedimento é regulado pela legislação cabo-verdiana, incluindo o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos.

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 31.^a - Bens a Adquirir

Os bens a adquirir no âmbito do presente procedimento terão de cumprir integralmente as características técnicas mínimas exigidas e as quantidades constantes no quadro que se segue:

Lote	Descrição dos Itens	Caraterísticas técnicas dos bens	Qtd. (unidade)
Lote 1	Computador Mesa Completo	<p>CPU</p> <p>Sistema operativo: Windows 11 Pro 64 Bits – pt-pt</p> <p>Processador: Intel® Core™ i5 13500 5.2GHz</p> <p>Memória: 16 GB DDR4</p> <p>Armazenamento: 512GB SSD</p> <p>Comunicação: rede Ethernet Gigabit 10/100/1000 integrada (conector RJ-45), 802.11b/g/n;</p> <p>Wireless: Realtek Wi-Fi 6 RTL8852BE (2x2) e Bluetooth® 5.3 wireless card</p> <p>Saídas: HDMI</p> <p>Portas: Portas USB 3.0, Portas USB 2.0</p> <p>Acessórios</p> <p>Teclado Com Fio: português; Teclado Numérico: Sim e Cor Preto;</p> <p>Rato Com Fio: Dimensões: 6.1x3.8x10.8 cm; Peso: 66 g e Cor: Preto.</p> <p>Monitor 27"</p> <p>Tamanho da tela: 27"</p> <p>Resolução: 2K/QHD (2560 × 1440) a 75 Hz</p> <p>Conector de entrada: HDMI, DisplayPort</p> <p>Brilho: ≥ 250 nits</p> <p>Contraste: ≥ 1000:1</p> <p>Revestimento: Anti-reflexo</p> <p><u>O modelo deve pertencer as linhas profissionais da marca.</u></p>	416

	Smart TV	Smart TV Tamanho de ecrã: 75" Tipo de ecrã: LCD-LED Resolução: 4K Ultra HD Smart TV: Sim WIFI: Sim Bluetooth: SIM N.º de entradas: HDMI 3 N.º de entradas: USB 2 Suporte Tipo de Suporte: Parede Dimensão Ecrã Máxima: 80"	18
--	----------	---	----

1. Os equipamentos devem cumprir ainda os seguintes requisitos:

- 2.1. Garantia mínima de 12 meses com recolha e devolução, no local de instalação;
- 2.2. Dispor de um centro de serviço técnico após venda em Cabo Verde;
- 2.3. Não serão aceites equipamentos de marca branca, assemblados localmente, ré etiquetados ou fabricados ao abrigo de esquemas ODM que não possuam marca própria, identificável e reconhecida do fabricante, devidamente registada, com garantia e certificação oficiais do fabricante de origem;
- 2.4. O fabricante dos equipamentos deverá possuir o Site oficial, com suporte a downloads de drivers e correções para novas versões;
- 2.5. Não serão aceites equipamentos descontinuados.

Cláusula 32.ª – Requisitos do Fornecimento

1. Os bens deverão ser entregues no horário normal de expediente da entidade adquirente, entre as **09h00 às 17h00**.
2. Os bens deverão incorporar todas as peças e ser acompanhadas do certificado de garantia, dos manuais, das instruções técnicas e outros elementos necessários a garantir o seu funcionamento em condições normais de uso.
3. A garantia referida no ponto anterior deverá ter no mínimo duração de **1 ano**.
4. Os bens devem apresentar-se com etiquetagem contendo, no mínimo, a marca, a origem do fabrico, o número de série.

5. Os riscos na fase de transporte, de acondicionamento, da embalagem, da carga e da descarga da entrega, são da exclusiva responsabilidade das entidades fornecedoras, sem quaisquer encargos adicionais para a entidade adquirente.

6. No caso de as entidades fornecedoras não possuírem para entrega, nos prazos definidos no artigo anterior, os bens encomendados pela entidade adquirente, deverão propor a sua substituição por outros de qualidade idêntica ou superior, não podendo, deste facto, resultar qualquer acréscimo de preço.

Cláusula 33.^a – Prazo de Entrega dos Bens

1. Contrato subjacente ao presente procedimento vigorará pelo prazo proposto pelo Adjudicatário adjudicada pela Entidade Adjudicante, **não podendo ser superior a 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura e homologação de contrato.

2. Prazo previsto na presente cláusula não é aplicável às obrigações acessórias previstas no Caderno de Encargos a favor da Entidade Adjudicante, as quais perdurarão para além da cessação do contrato.

Cláusula 34.^a - Verificação e Aceitação dos Bens

1. Após o ato de entrega, a entidade adjudicante dispõe de um prazo de **20 (vinte) dias** para proceder à verificação quantitativa e qualitativa dos produtos, efetuando testes e aferindo eventuais irregularidades.

2. Durante a fase de inspeção o Adjudicatário obriga-se a prestar à Entidade Adjudicante toda a cooperação e esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização dos mesmos através das pessoas que considere devidamente credenciadas para o efeito.

3. A entidade adjudicante deve comunicar à entidade fornecedora todas as irregularidades encontradas, sendo que, findo o prazo mencionado no número anterior sem que hajam comunicado a rejeição dos produtos, considera-se que há a aceitação definitiva dos mesmos.

4. A entidade fornecedora dispõe de um prazo de **10 (dez) dias** a contar da comunicação para suprir as deficiências e irregularidades detetadas.

5. Todos os encargos com a devolução e a substituição dos produtos rejeitados são da exclusiva responsabilidade da entidade fornecedora.

6. A rejeição dos produtos disponibilizados nos termos do presente artigo não confere à entidade fornecedora o direito a qualquer indemnização.